

Randon Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações financeiras
de 30 de junho de 2023
com Relatório do Auditor
Independente

Randon Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ 91.108.027/0001-58

NIRE 43205277921

Relatório da Administração

Prezados,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Randon Consórcios foi fundada em 06 de agosto de 1987 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de março de 1988. Prestadora de serviços financeiros, por meio da administração de consórcios, integra o braço de serviços da Randoncorp, um dos maiores grupos privados do Brasil. Hoje, a empresa, que opera em seis segmentos de mercado, é uma das líderes de consórcios de pesados e está entre as maiores administradoras de consórcios de imóveis.

A empresa atua com a marca Racon nos segmentos de imóveis e veículos, a marca Yeah para o segmento de serviços e sob a marca de parceiros de negócios, situação na qual se enquadram o Consórcio Nacional Randon, de implementos rodoviários, o Consórcio Nacional John Deere, de máquinas e equipamentos agrícolas, o Consórcio Volare, de mini ônibus e o Consórcio Nacional DAF, de caminhões pesados. Por meio das franquias Racon e da rede de vendas dos parceiros fabricantes, a Randon Consórcios está presente em todo o território nacional, aliando a economia, o planejamento e as demais vantagens do consórcio à aquisição de bens.

Para a Randon Consórcios, o ano de 2023 chegou com a expectativa de crescimento, visto os bons números atingidos em 2022.

Dados como a manutenção da taxa Selic que tornou o produto consórcio mais atrativo ao mercado e mais um ano de expectativa de safra recorde, deixou o consumidor mais confiante para novas aquisições, além do crescimento da força de vendas dos nossos parceiros. Neste contexto, a Randon Consórcios seguiu empenhada em manter a sua trajetória com foco na manutenção dos seus resultados sustentáveis e o cuidado com as pessoas.

A taxa de administração agregada acumulada refere-se ao valor a receber futuro, a título de taxa de administração das cotas ativas na data-base. Em 2023 a Administradora teve um incremento em relação ao comparativo com o exercício de 2022, conforme demonstrado abaixo:

Em milhares de reais

	2023	2022	2022
	1º Semestre	1º Semestre	Exercício
Taxa agregada acumulada	1.382.581	1.061.472	1.269.327

A Randon Consórcios, em 30 de junho de 2023, detinha uma carteira de cotas ativas composta de 84.753 cotas, distribuídas em 154 grupos ativos, com incremento de 4% sobre total de cotas ativas em 31 de dezembro de 2022. Em relação as cotas vendidas tivemos um aumento de 49% comparado com o mesmo período de 2022.

(Valores nominais)

	2023	2022	2022
	1º Semestre	1º Semestre	Exercício
Quantidade de cotas ativas	84.753	75.543	81.731
Quantidade de cotas vendidas	12.654	8.474	22.199

A Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Contrato Social da Administradora prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, a menos que de outra forma seja acordado pelas partes. O saldo remanescente será transferido para Reserva Geral de Lucro, podendo, a critério das sócias, ser distribuído como lucros adicionais ou capitalizado.

Em 2023 foi acordado a distribuição de 100% de dividendos referente ao exercício de 2022, sendo pago 75% no primeiro semestre. O saldo remanescente será pago até o final do exercício de 2023.

Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas no primeiro semestre de 2023.

Principais Indicadores

Atendendo a regulamentação do Bacen através da Resolução BCB nº 120, no segundo semestre de 2022 a Administradora adotou prospectivamente o pronunciamento contábil CPC 47, alterando o reconhecimento da taxa de administração como receita por ocasião do efetivo recebimento das parcelas para o reconhecimento pelo regime competência, ou seja, a taxa de administração dos consorciados contemplados passou a ser reconhecida quando satisfeita a obrigação de desempenho.

Ainda, no âmbito do pronunciamento técnico CPC47, a Administradora passou a reconhecer os custos incrementais, que são basicamente as comissões sobre as vendas de consórcio e o custo com promoção de vendas, pelo prazo do contrato, sendo amortizado ao resultado na proporção da realização e desempenho do contrato. Estas alterações afetaram a base comparativa para os períodos anteriores.

- a) Receita Bruta – resultado do 1º semestre de 2023 foi de R\$ 151 milhões, 12% maior em relação ao mesmo período de 2022;
- b) Despesas Comissão – resultado do 1º semestre de 2023 foi de R\$ 27 milhões, 49% menor observando ao mesmo período de 2022;
- c) EBITDA – resultado do 1º semestre de 2023 foi de R\$ 66 milhões, acréscimo de 100% comparado com o mesmo período de 2022;
- d) Lucro Líquido – resultado no 1º semestre de 2023 foi de R\$ 45 milhões, 105% maior comparado com o mesmo período de 2022, pelos motivos acima citados.

Estamos à disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente.

Joarez José Piccinini
Diretor Superintendente

Augusto Giongo Letti
Diretor

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração consolidada dos recursos de consórcios	11
Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria e Quotistas da
Randon Administradora de Consórcios Ltda.
Caxias do Sul – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Randon Administradora de Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Randon Administradora de Consórcios em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, em decorrência de retificação de erro na divulgação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a

Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 25 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Renata Zanotta Calçada'.

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

Balço patrimonial em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2023	31/12/2022 Reapresentado (nota 2.1)
Ativo			
Circulante		84.130	95.762
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	29
Instrumentos financeiros		49.913	67.463
Títulos e valores mobiliários	8	49.913	67.463
Outros créditos		8.462	8.254
Rendas a receber	09	1.601	793
Outros créditos diversos	10	6.861	7.461
Outros valores e bens		25.749	20.016
Despesas antecipadas	11	25.749	20.016
Não circulante		180.995	121.138
Realizável a longo prazo		171.117	110.942
Ativos fiscais diferidos	24.b	19.967	19.861
Outros ativos		151.150	91.081
Pagamentos a ressarcir	12	20.754	18.570
Despesas antecipadas	11	122.004	68.596
Outros créditos diversos	10	8.392	3.915
			-
Permanente		9.878	10.196
Investimentos		19	14
Imobilizado de uso	13	4.136	3.974
Depreciação acumulada	13	(1.945)	(1.801)
Intangível	13	16.030	15.292
Amortização acumulada	13	(8.362)	(7.283)
Total do ativo		265.125	216.900

	Nota	30/06/2023	31/12/2022 Reapresentado (nota 2.1)
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Outras obrigações		88.870	83.618
Fornecedores		1.072	1.864
Salários e encargos		5.437	4.317
Dividendos a pagar		-	14.780
Participação dos empregados e administradores		4.657	6.411
Obrigações fiscais e previdenciárias		5.441	5.534
Obrigações fiscais correntes		1.927	-
Passivo de contratos com clientes	14 e 3.3.a	35.839	23.400
Outras obrigações diversas	15	30.497	27.312
Não circulante		87.766	56.545
Provisões para riscos trabalhistas	16	745	745
Participação dos empregados e administradores		507	526
Passivos fiscais diferidos	24.b	20.646	10.656
Recursos não procurados	17	2.708	2.732
Passivo de contratos com clientes	14 e 3.3.a	63.160	41.886
Patrimônio líquido			
Capital social	18	30.000	30.000
Reserva de lucros		16.811	46.369
Ajustes de avaliação patrimonial		368	368
Lucros acumulados do período		45.310	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		265.125	216.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por quota)

	Nota	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Receitas da intermediação financeira		4.033	1.621
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.033	1.621
Outras receitas/despesas operacionais		64.413	31.502
Receitas de prestação de serviços	19	151.193	134.627
Despesas de pessoal	21	(10.670)	(10.794)
Outras despesas administrativas	20	(62.570)	(81.797)
Despesas tributárias		(17.203)	(15.412)
Outras receitas operacionais	22	5.258	7.115
Outras despesas operacionais	22	(1.595)	(2.237)
Resultado operacional		68.446	33.123
Resultado antes dos tributos		68.446	33.123
Tributos sobre o lucro	24.a	(23.136)	(11.446)
Imposto de renda corrente		(9.642)	(8.090)
Contribuição social corrente		(3.610)	(2.920)
Impostos diferidos		(9.884)	(436)
Lucro líquido do semestre		45.310	21.677
Quantidade de quotas do capital (em milhares)	18	30.000	30.000
Lucro líquido por quota R\$ - básico e diluído		1,510	0,723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido no semestre	45.310	21.677
Outros resultados abrangentes - itens que podem ser reclassificados para resultado	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	45.310	21.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do semestre		45.310	21.677
Ajustes ao lucro líquido			
Depreciação e amortização	13 e 20	1.296	1.009
Provisão (reversão) para pagamento de comissões	15	1.944	(370)
Provisão para pagamento de incentivo de vendas	15	596	2.366
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	16 e 22	-	551
Reversão provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados	10 e 22	(366)	(1.379)
Provisão de participação nos resultados	20	3.396	2.746
Outras provisões (reversões) operacionais		(384)	(1.172)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	24.a	23.136	11.446
Lucro líquido ajustado		74.928	36.874
Variações nos ativos e passivos			
Títulos e valores mobiliários		17.550	2.285
Outros créditos		(7.182)	56.822
Outros valores e bens		(59.142)	16
Outros passivos		29.663	(80.171)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		55.817	15.826
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.525)	(9.670)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		45.292	6.156
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Variação em investimentos		(4)	(2)
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	13	(973)	(1.573)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(977)	(1.575)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Pagamento de dividendos	18	(44.338)	(1.120)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(44.338)	(1.120)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(23)	3.461
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	6	29	379
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	6	6	3.840
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(23)	3.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	3.151	380	-	33.531
Lucro líquido do semestre	-	-	-	21.677	21.677
Distribuição de dividendos	-	(1.120)	-	-	(1.120)
Saldos em 30 de junho de 2022	30.000	2.031	380	21.677	54.088
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.000	46.369	368	-	76.737
Lucro líquido do semestre	-	-	-	45.310	45.310
Distribuição de dividendos	-	(29.558)	-	-	(29.558)
Saldos em 30 de junho de 2023	30.000	16.811	368	45.310	92.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante		2.688.823	2.422.066
Caixa e equivalente a caixa		451	1.373
Aplicações financeiras	7	925.372	812.343
Outros créditos		1.763.001	1.608.350
Bens retomados ou devolvidos		6.555	7.375
Direitos junto a consorciados contemplados		1.756.445	1.600.906
Cheques e outros valores a receber		-	69
Compensação		21.861.937	20.128.920
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		124.633	114.199
Contribuições devidas ao grupo		11.051.069	10.176.313
Valor dos bens ou serviços a contemplar		10.686.235	9.838.408
Total do ativo e compensação		24.550.760	22.550.986
Passivo			
Circulante		2.688.823	2.422.067
Outras obrigações		2.688.823	2.422.067
Obrigações com consorciados		1.487.000	1.350.723
Valores a repassar		15.691	13.863
Obrigações por contemplações a entregar		791.282	703.459
Recursos a devolver a consorciados		260.950	232.536
Recursos dos grupos		133.900	121.486
Compensação		21.861.937	20.128.919
Recursos mensais a receber de consorciados		124.633	114.199
Obrigações do grupo por contribuições		11.051.069	10.176.312
Bens ou serviços a contemplar		10.686.235	9.838.408
Total do passivo e compensação		24.550.760	22.550.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Disponibilidades no início do semestre	813.785	658.990
Depósitos bancários	1.373	2.483
Cheques e outros valores a receber	69	-
Aplicações financeiras do grupo	109.111	51.000
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	703.232	605.507
(+) Recursos coletados	1.346.076	1.007.855
Contribuições para aquisição de bens	1.096.272	827.508
Taxa de administração	180.679	131.547
Contribuições ao fundo de reserva	11.423	8.897
Rendimentos de aplicações financeiras	43.796	28.666
Multas e juros moratórios	2.049	1.807
Prêmios de seguros	2.056	1.743
Custas judiciais	25	38
Outros	9.776	7.649
(-) Recursos utilizados	(1.234.038)	(904.886)
Aquisição de bens	(999.885)	(736.537)
Taxa de administração	(181.206)	(132.856)
Multas e juros moratórios	(1.023)	(905)
Prêmios de seguros	(1.982)	(1.760)
Custas judiciais	(148)	(168)
Devolução a consorciados desligados	(21.450)	(13.886)
Outros	(28.344)	(18.774)
Disponibilidades no final do semestre	925.823	761.959
Depósitos bancários	451	537
Cheques e outros valores a receber	-	364
Aplicações financeiras do grupo	134.014	90.275
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	791.358	670.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), sediada em Avenida Rubem Bento Alves, nº 1469, Bairro Interlagos em Caxias do Sul – RS, tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. A Administradora é controlada diretamente pela Randon S.A Implementos e Participações – Randoncorp e indiretamente pela Dramd Participações e Administração Ltda.

No dia 28 de abril de 2023, a Controladora da Companhia divulgou sua nova identidade de marca corporativa, Randoncorp. Esta marca representa a evolução vivida nos últimos anos, se transformando em um ecossistema completo de soluções para o transporte e representando uma empresa cada vez mais múltipla, com soluções sustentáveis e refletindo de maneira ainda melhor o propósito de conectar pessoas e riquezas gerando prosperidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - Estrutura Conceitual – Resolução BCB nº 120/21;
- CPC 01 (R1) - Redução do valor recuperável de ativos – Resolução BCB nº 120/21;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa – Resolução BCB nº 02/20;
- CPC 04 (R1) – Ativo intangível – Resolução BCB nº 07/20;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução BCB nº 02/20;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – Resolução BCB nº 08/20;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro – Resolução BCB nº 120/21;
- CPC 24 – Eventos subsequentes – Resolução BCB nº 02/20;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução BCB nº 09/20;
- CPC 27 – Ativo imobilizado – Resolução BCB nº 06/20;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – Resolução BCB nº 59/20;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 02/20;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – Resolução BCB nº 120/21;
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente – Resolução BCB nº 120/21.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 23 de agosto de 2023.

2. 1 Reapresentação de saldos comparativos – Retificação de erro (CPC 23)

O Pronunciamento Contábil CPC 23 tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

Segundo o CPC 23, as Políticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações financeiras. Por sua vez, retificação de erro são omissões e incorreções (de períodos anteriores) nas demonstrações decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação. Com base nisso:

- A divulgação dos ativos e passivos fiscais diferidos até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estava sendo apresentada no Balanço Patrimonial de maneira compensada. Conforme Resolução BCB 2 de 02 de agosto de 2020, no art. 19º “O Balanço Patrimonial deve conter, no mínimo, informações sobre os seguintes itens patrimoniais: I - no ativo: [...] e) ativos fiscais correntes e diferidos; [...] II - no passivo: [...] c) obrigações fiscais correntes e diferidas”. Assim como, no art. 8º da referida norma “III - observar que ativos e passivos, receitas e despesas: [...] b) não podem ser compensados, exceto se exigido ou permitido por norma específica emanada do Banco Central do Brasil.”.

Dessa forma, em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 23, os saldos comparativos do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo reapresentados para fins de comparação, com a abertura sem compensação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Administradora

a) Apuração do resultado

Atendendo a regulamentação do BACEN na Resolução nº 120, em 2022 a Administradora adotou prospectivamente o pronunciamento técnico CPC47 – Receita de contratos com clientes, onde a taxa de administração dos consorciados contemplados passou a ser reconhecida pela competência mensal, isto é, reconhecida quando satisfaz a obrigação de desempenho, sendo as antecipações registradas na rubrica Passivo de Contrato com Clientes, sendo transferida para o resultado ao longo do tempo conforme a obrigação e desempenho é realizada.

De acordo com pronunciamento técnico CPC47, o reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar este valor quando devido. Desta forma a Administradora manteve o reconhecimento da taxa de administração dos consorciados não contemplados conforme o recebimento dos pagamentos.

Ainda no âmbito do pronunciamento técnico CPC47, a administradora deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção dos contratos com clientes, custos estes que não teriam incorrido se o contrato não tivesse sido obtido. Desta forma, com a adoção do CPC47 a Administradora passou a registrar os custos incrementais, que são basicamente as comissões sobre as vendas de consórcios e custos com promoção e vendas, na rubrica Despesas antecipadas, sendo amortizado ao resultado na proporção da realização da obrigação e desempenho do contrato.

A Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, revogou dispositivos da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil que dispõe sobre o reconhecimento da receita. Adicionalmente, através da Instrução Normativa BCB, nº 187, de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598 de 27 de novembro de 1995, que tratava o reconhecimento das despesas com comissões.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência mensal.

b) Apresentação do balanço patrimonial

A segregação em circulante e não circulante no Balanço Patrimonial obedece aos requisitos expostos no art. 20 e 21 da Resolução BCB 2 de 02 de agosto de 2020.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa compreendem os depósitos bancárias à vista, as aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva contratação seja igual ou superior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias:

- Títulos para negociação – que não se enquadrem como para negociação. São avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício;
- Títulos disponíveis para a venda - que não se enquadrem como para negociação. São avaliados ao valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do semestre/exercício.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se as comissões pagas ou devidas com antecedência que atendem aos critérios de custos incrementais previstos no CPC 47, sendo amortizados ao resultado conforme o cumprimento da obrigação de desempenho da prestação de serviços.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado de uso e intangível

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 14 e leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis estimadas para o semestre corrente são as seguintes:

	Vida útil média	% ano
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos	10
Móveis e utensílios	10 anos	10
Computadores e periféricos	5 anos	20
Veículos	5 anos	20
Sistemas de processamento de dados	4 anos	25
Software em desenvolvimento	4 anos	25

i) Redução ao valor recuperável

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados líquidos no ativo não circulante na rubrica de "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do semestre/exercício. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

k) Passivo de contratos com clientes

Passivo de contrato com clientes referem-se a taxa de administração recebida de forma antecipada ao regime de competência, dos consorciados contemplados, sendo realizada conforme o cumprimento da obrigação de desempenho da prestação de serviços.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

n) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Administradora é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às empresas Randoncorp, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das empresas Randoncorp.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

A Administradora reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das empresas Randoncorp, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano foram amortizados linearmente durante os primeiros 20 anos, que teve início em junho de 1994, não possuindo saldo remanescente de serviço anterior prestado pelos empregados em atividade;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Administradora são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

o) Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Administradora incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota Explicativa nº 19). Esses benefícios são registrados no resultado do semestre/exercício quando a Administradora tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

p) Lucro por quota

É obtido através da divisão do lucro líquido do semestre/exercício pela quantidade média ponderada de quotas do período da demonstração financeira.

q) Resultado não recorrente

São resultados de eventos não usuais e não relacionados com a atividade da Empresa ou, ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre e exercício findo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram identificados resultados não recorrentes.

3.2 Dos grupos de consórcio

a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 3.432 e 3.524 do Banco Central do Brasil. O rendimento dessas aplicações é incorporado ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos e títulos públicos pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço, e custo de aquisição acrescido da receita auferida até a data do balanço, que não difere do valor de mercado.

b) Direitos junto a consorciados contemplados

Representam as contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva de consorciados contemplados, atualizados com base no valor do bem vigente.

c) Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada, atualizados com base no valor do bem vigente.

d) Obrigações por contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

e) Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, devidamente atualizados.

f) Recursos dos grupos

Representam os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formado pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas à contemplação, multa, juros e outros valores retidos.

g) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimento de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzida da taxa de administração e dos prêmios de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

h) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos calculados com base no valor do bem vigente em 30 de junho de 2023.

i) Valor dos bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço.

j) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

(a) Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

(b) Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de administração.

3.3 Novas normas e resoluções vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022

a) Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021

A Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, e evidência contábeis pelas administradoras de consórcios. Esta resolução orienta para que as Administradoras de Consórcios observem, de forma prospectiva, o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

No semestre findo em 30 de junho de 2022 a Administradora avaliou os impactos da aplicação do CPC47 e suas diversas variáveis com base nas suas melhores estimativas, e considerando a ausência de consenso entre as Administradoras de Consórcios, Associações e BACEN, a Administradora optou por não realizar a adoção inicial. Após avaliar de forma criteriosa a norma e seus impactos, a Administradora registrou os efeitos da adoção e aplicação do CPC 47 e Resolução BCB nº120 de Receita de prestação de serviços e os custos incrementais atrelados à estes contratos no semestre findo de 31 de dezembro de 2022.

Os impactos avaliados para 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão apresentados no quadro abaixo:

Ativo	30/06/2023	31/12/2022
Rendas a receber	3.097	2.551
Provisão para devedores duvidosos	(2.143)	(1.789)
Impostos a recuperar curto prazo	4.032	4.712
Impostos a recuperar longo prazo	7.106	2.632
Despesas antecipadas (Comissões e Incentivo de vendas) curto prazo	25.625	19.925
Despesas antecipadas (Comissões e Incentivo de vendas) longo prazo	122.004	68.596
Total	159.721	96.627

Passivo	30/06/2023	31/12/2022
Passivo de contratos com clientes curto prazo	(35.839)	(23.400)
Passivo de contratos com clientes curto longo prazo	(63.160)	(41.886)
Total	(98.999)	(65.286)

Resultado	30/06/2023	30/06/2022	31/12/2022
Receitas de prestação de serviços	33.166	31.266	62.735
Dedução de impostos sobre receita	(3.792)	(3.017)	(7.344)
Custos incrementais	(59.109)	(24.254)	(88.521)
Provisão para devedores duvidosos	354	452	1.789
Impostos diferidos	9.990	(1.512)	10.656
Total	(19.391)	2.935	(20.685)

b) Resolução BCB nº 219 de 30 de março de 2022

A Resolução BCB 219/22 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcios.

Em atendimento ao artigo nº 67 da Resolução BCB nº 219/22, a Administradora preparou um plano de implementação à resolução e abaixo incluímos o resumo do plano de implementação, preparado e aprovado pela diretoria da Administradora, a ser implementado até o dia 31 de dezembro de 2024, de forma a estarmos aptos a adotá-la em sua plenitude a partir de 01 de janeiro de 2025 (início de vigência).

Entendemos que a adoção da Resolução BCB nº 219/22 é um processo que abrange diversas áreas e estruturas da Administradora e que traz diferentes desafios tais como definições conceituais, operacionais, técnicas, de tecnologia, entre outras, dessa forma o plano de adequação elaborado pela Administradora foi estruturado buscando englobar todos os macro conceitos definidos pela resolução, quais ações serão necessárias para a adequação, bem como definindo as áreas responsáveis e interdependentes entre si, além de identificar os sistemas e estruturas de tecnologia envolvidos em cada uma das ações e estabelecendo os prazos de implementação de cada ação. Importante ressaltar que até 30/06/2023 ainda existem definições a serem emitidas pelo Banco Central e que podem gerar a necessidade de alteração/complementação do plano por hora aprovado.

A Administradora espera concluir até dezembro de 2023 as análises e documentar os itens de: Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros, Definição de Modelos de Negócios, elaborar a classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros e elaboração de metodologia/modelo de tratamento de risco de crédito considerando os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 219/22.

No âmbito de sistemas e tecnologia a Administradora espera também concluir até Dezembro de 2023 a avaliação de impactos sistêmicos relacionados a mensuração da Taxa de juros efetiva, seu respectivo critério de reconhecimento contábil, avaliar impactos sistêmicos relacionados a mudança no prazo de paralização de reconhecimento de receita de juros (“stop accrual”), avaliar os impactos tributários referente a dedutibilidade fiscal das perdas baixadas para prejuízo, considerando as alterações de tratamento contábil previstas pela Lei nº 14.467/22 bem como avaliar os impactos a serem gerados pelo novo plano de contas COSIF que está em discussão pelo BACEN junto ao mercado, discussão esta que já gerou itens iniciais conforme a Resolução BCB nº 255/22 e Instrução Normativa BCB nº 318/22.

Sobre os temas relacionados a capital regulatório e demais documentos regulatórios, a Administradora aguarda as definições normativas a serem divulgadas pelo BACEN para a correta avaliação dos temas e atualização do plano de implementação considerando as respectivas datas a serem atendidas sobre estes assuntos.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Administradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas de empréstimos

A Administradora utiliza critérios específicos de provisão para calcular a perda de empréstimos a grupos. Os percentuais de provisão aplicados consideram o prazo como item fundamental para considerar a provisão de perda. A quantidade de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Provisão para promoção de vendas

A Administradora realiza campanhas que tem como objetivo incentivar e alavancar vendas. Dependendo das mudanças nas circunstâncias econômicas esta despesa pode não se realizar conforme o previsto, ou seja, o resultado será proporcional ao atingimento das metas.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Administradora reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em:

	30/06/2023	31/12/2022
Grupos administrados	154	147
Consorticiados ativos	84.753	81.731
Consorticiados desistentes/excluídos no semestre	4.028	5.656
Consorticiados desistentes/excluídos total	37.391	36.830
Bens pendentes de entrega	9.814	8.540
Bens entregues no semestre	3.324	5.565
Bens entregues total	27.056	28.329
Taxa de inadimplência	3,32%	3,51%

6. Caixa e equivalentes de caixa - Administradora

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa estão representados por:

	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	6	29
Total	6	29

7. Aplicações financeiras - Grupos de consórcios

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os grupos de consórcios possuem aplicações interfinanceiras de liquidez, podendo ser resgatados em qualquer tempo, e estando registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, apresentados como segue:

			30/06/2023		31/12/2022	
	Sem vencimento	A vencer até 3 meses	Valores de mercado/contábil	Marcação a mercado	Valores de mercado/contábil	Marcação a mercado
Grupos de consórcios						
Letra Financeira do Tesouro (LFT) (a)	-	34.002	34.002	34.002	99.161	99.161
Notas do Tesouro Nacional (NTN) (b)	-	420.717	420.717	420.717	266.578	266.578
Fundos de investimento (c)	470.653	-	470.653	470.653	446.604	446.604
Total	470.653	454.719	925.372	925.372	812.343	812.343

(a) O montante de R\$ 34.002 (R\$ 99.161 em 31 de dezembro de 2022), remuneração média é de 95,5% do CDI, equivalente em 2023 e 2022.

(b) A remuneração média é de 95,5 % (95,5 % em 31 de dezembro de 2022).

(c) O Fundo de investimento possui rentabilidade flutuante mensalmente, em 30 de junho a remuneração média foi de 1,17% do DI.

8. Títulos e valores mobiliários - Administradora

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Administradora possui somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos da remuneração média de 106,33% do CDI, condizente com o praticado pelo mercado, incorridos até a data do balanço e que não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

			30/06/2023		31/12/2022	
	A vencer entre 3 e 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado
Títulos para negociação						
Certificado de depósito bancário (CDB Pós-fixado) (a)	23.699	23.510	47.209	47.209	64.735	64.735
Letra Financeira do Tesouro (LFT) (b)	2.704	-	2.704	2.704	2.728	2.728
Total	26.403	23.510	49.913	49.913	67.463	67.463

(a) Os certificados de depósitos bancários com vencimento superior a 12 meses possuem conversibilidade imediata e foram mantidos no circulante;
 (b) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi obtido através de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

9. Rendas a receber - Administradora

Refere-se a taxa de administração dos grupos de consórcios e reconhecida como receita na competência por ocasião da satisfação da obrigação de performance conforme CPC 47, aguardando recebimento dos clientes ou repasse dos grupos de consórcios para administradora.

	30/06/2023	31/12/2022
Rendas a receber	3.744	2.582
(-)Provisão para perda de rendas a receber	(2.143)	(1.789)
Total	1.601	793

Movimentação da provisão para perda de rendas a receber:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(1.789)	-
Constituição de provisão	(445)	(1.789)
Reversão de provisão	91	-
Saldo final	(2.143)	(1.789)

A provisão e reversão para perdas de rendas a receber atende ao requisito mínimo estabelecido pela resolução CMN nº 2.682/1999.

10. Outros créditos diversos e provisão com outros créditos - Administradora

A conta outros créditos - diversos possui a seguinte composição:

	30/06/2023	31/12/2022
Empréstimos a grupos encerrados	25.388	25.750
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (*)	(24.160)	(24.526)
Devedores diversos	596	1.135
Adiantamento e antecipações salariais	676	205
Impostos a compensar (Nota 3.3.a)	12.694	8.753
Depósitos judiciais (Nota 14)	59	59
Total	15.253	11.376
Circulante	6.861	7.461
Não Circulante	8.392	3.915

(*) Referem-se a perda com empréstimos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.a, realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora, por meio de análise de situação financeira dos grupos tomadores onde a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora tem como base uma política, onde, ao final de 5 anos é realizada a provisão de 100% do empréstimo.

Movimentação da provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(24.526)	(25.741)
Constituição de provisão	(600)	(1.865)
Reversão de provisão	966	3.080
Saldo final	(24.160)	(24.526)

11. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas possuem a seguinte composição:

	30/06/2023	31/12/2022
Custos incrementais para obtenção de contratos (i)	147.629	88.520
Outras despesas antecipadas	124	92
Total	147.753	88.612
Circulante	25.749	20.016
Não Circulante	122.004	68.596

(i) A Refere-se a custos incrementais sobre vendas diretamente paga a terceiros que atendem aos critérios do pronunciamento contábil CPC 47 para obtenção de contratos e reconhecidos no resultado por regime de competência.

12. Pagamentos a ressarcir - Administradora

Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	30/06/2023	31/12/2022
Bens imóveis	15.027	13.392
Bens móveis	5.727	5.178
Total	20.754	18.570

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do Grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

13. Imobilizado de uso e intangível - Administradora

O imobilizado de uso e intangível da Administradora possuem a seguinte composição:

Imobilizado	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo Imobilizado						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	546	1.678	1.440	52	-	3.716
Aquisições	-	4	254	-	-	258
Saldos em 31 de dezembro de 2022	546	1.682	1.694	52	-	3.974
Aquisições	-	-	214	-	21	235
Baixas	-	-	(73)	-	-	(73)
Saldos em 30 de junho de 2023	546	1.682	1.835	52	21	4.136
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(87)	(379)	(881)	(52)	-	(1.399)
Depreciação	(55)	(151)	(196)	-	-	(402)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(142)	(530)	(1.077)	(52)	-	(1.801)
Depreciação	(26)	(76)	(115)	-	-	(217)
Baixas	-	-	73	-	-	73
Saldos em 30 de junho de 2023	(168)	(606)	(1.119)	(52)	-	(1.945)
Valor residual em dezembro de 2022	404	1.152	617	-	-	2.173
Valor residual em junho de 2023	378	1.076	716	-	-	2.191

Abaixo estão apresentadas as movimentações dos intangíveis:

Intangível	Intangível em andamento	Software e licenças	Total
Custo Intangível			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	456	11.984	12.440
Aquisições	167	2.685	2.852
Transferências	(456)	456	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	167	15.125	15.292
Aquisições	-	738	738
Transferências	(167)	167	-
Saldos em 30 de junho de 2023	-	16.030	16.030
Amortização			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(5.517)	(5.517)
Amortização	-	(1.766)	(1.766)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(7.283)	(7.283)
Amortização	-	(1.079)	(1.079)
Saldos em 30 de junho de 2023	-	(8.362)	(8.362)
Valor residual em dezembro de 2022	167	7.842	8.009
Valor residual em junho de 2023	-	7.668	7.668

14. Passivo de contrato com clientes

Passivo de contratos com clientes refere-se a receita de taxa de administração recebida dos participantes dos grupos de consórcios de forma antecipada, que será realizada no mês de competência quando satisfeita a obrigação de desempenho.

	30/06/2023	31/12/2022
Passivo de contratos com clientes	98.999	65.286
Circulante	35.839	23.400
Não circulante	63.160	41.886

15. Outras obrigações diversas - Administradora

A conta outras obrigações diversas possui a seguinte composição:

	30/06/2023	31/12/2022
Provisões para pagamento de comissões	19.598	17.654
Provisão programa de incentivo de vendas	8.833	8.237
Outros débitos	2.066	1.421
Total	30.497	27.312
Circulante	30.497	27.312

Movimentação da provisão para pagamento de comissões:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	17.654	11.433
Constituição de provisão	66.321	97.256
Reversão de provisão	(64.377)	(91.035)
Saldo final	19.598	17.654

Movimentação da provisão programa de incentivo de vendas:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	8.237	4.464
Constituição de provisão	8.340	11.853
Reversão de provisão	(7.744)	(8.080)
Saldo final	8.833	8.237

16. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

a) Administradora

A Administradora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas,

constituiu uma provisão para riscos cíveis e trabalhistas para a data base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

A Administradora possui os seguintes montantes de ações judiciais classificadas como de perda provável e possível, com valores atualizados até 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Natureza	Provável		Possível		Depósito Judicial (Nota 11)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Trabalhista	745	745	5.074	4.397	59	59
Tributário	-	-	239	235	-	-
Total	745	745	5.313	4.632	59	59

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	745	194
Adições	-	674
Baixa/reversão	-	(123)
Saldo final	745	745

b) Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados referente a processos de polo passivo, referente a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes destes processos são cobertos pelos recursos destes grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, os processos judiciais com probabilidade de perda provável envolvendo cotistas dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2023 é de R\$ 41 (R\$ 173 em 31 de dezembro de 2022), e com probabilidade de perda possível em 30 de junho de 2023 é de R\$ 18.185 (R\$ 22.547 em 31 de dezembro de 2022).

17. Recursos não procurados - Administradora

Referem-se aos recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente, com base em aplicações financeiras indexadas ao CDI. O valor de recursos não procurados em 30 de junho de 2023 é de R\$ 2.708 (R\$ 2.732 em 31 de dezembro de 2022).

As comunicações aos consorciados são realizadas conforme estabelecido na Lei nº 11.795/088 e na Circular nº 3.432/09. Também em consonância com a Circular nº 3.432/09, os recursos não procurados são divulgados no sítio eletrônico da administradora na internet, com acesso pela sua página inicial e com orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados para que o beneficiário possa recebê-los.

18. Patrimônio líquido - Administradora

Capital social

O capital social é de R\$ 30.000, representado por 30.000.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Destinação do lucro

Ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta "Reserva geral de

lucros", podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados.

Em 31 de dezembro de 2022 a Administradora registrou dividendos mínimos a pagar no montante de R\$ 14.780 relativos aos lucros do exercício, conforme determinado no contrato social.

Em 10 de abril de 2023, em reunião de quotistas, foi aprovado a destinação de dividendos complementares ao mínimo no montante de R\$ 44.338, sendo este valor integralmente pago no semestre.

19. Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se a taxa de administração cobrada dos participantes dos grupos de consórcios, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 13,40% (14,25% em junho de 2022) sobre o valor da referida contribuição. O valor das receitas de prestação de serviços no semestre findo em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 151.193 (R\$ 134.627 em 30 de junho de 2022).

A Administradora adotou prospectivamente o pronunciamento técnico CPC47, atendendo a regulamentação do BACEN na Resolução BCB nº 120 descrito na NE 3.3.a.

20. Outras despesas administrativas - Administradora

	30/06/2023	30/06/2022
Comissões sobre vendas	26.853	52.682
Serviços de terceiros	9.727	7.240
Promoções de vendas	7.763	8.576
Propaganda e publicidade	5.993	2.256
Participação nos resultados	3.396	2.746
Manutenção e conservação de bens	3.165	2.755
Depreciação e amortização	1.296	1.009
Viagens	844	312
Perdas com empréstimos a grupos	493	2.367
Despesas de aluguéis	348	304
Despesas com comunicação	195	193
Outras	2.497	1.357
Total	62.570	81.797

21. Despesas com pessoal - Administradora

A conta despesa com pessoal possui a seguinte composição:

	30/06/2023	30/06/2022
Custo com pessoal e honorários	7.767	7.772
Custos de encargos sociais e proventos	2.346	2.769
Custos relacionados a aposentadoria	169	140
Benefícios concedidos	388	113
Total	10.670	10.794

22. Outras receitas e despesas operacionais - Administradora

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	30/06/2023	30/06/2022
Reversão provisão perda empréstimos a grupos	966	2.394
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	1.949	2.305
Multas e juros recebidos	1.219	991
Variações monetárias	302	761
Reversão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-	123
Outras receitas operacionais	822	541
Total de outras receitas operacionais	5.258	7.115
Provisão para devedores duvidosos	(354)	-
Provisão para perdas com empréstimos a grupos	(600)	(1.015)
Despesa com processos judiciais	(3)	(395)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-	(674)
Outras despesas eventuais	(638)	(153)
Total de outras despesas operacionais	(1.595)	(2.237)

23. Transações com partes relacionadas - Administradora

As transações com partes relacionadas restringem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis, contratos de mútuo, valor de conta aplicação todos devidamente suportados contratos entre as partes.

Operação com partes relacionadas	RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES	Conexo Serviços Digitais Ltda.	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	Venice Implementos Rodoviários Ltda.	Banco Randon	Total
Aplicações financeiras e outros	-	-	-	-	-	24.071	24.071
Outras contas a receber	13	-	-	-	-	-	13
Fornecedores	-	(13)	-	-	-	-	(13)
Outros passivos	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Outras contas a pagar	(12)	-	-	-	-	-	(12)
Saldo Ativo (Passivo) em 30 de junho de 2023	1	(13)	-	-	-	24.065	24.053
Outras receitas/despesas operacionais e financeiras líquidas	4.209	80	-	6	545	(3.595)	1.245
Saldo Resultado em 30 de junho de 2023	4.209	80	-	6	545	(3.595)	1.245

Operação com partes relacionadas	RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES	Conexo Serviços Digitais Ltda.	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	Venice Implementos Rodoviários Ltda.	Banco Randon	Total
Aplicações financeiras e outros	-	-	-	-	-	26.181	26.181
Outras contas a receber	487	-	-	-	-	-	487
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Ativo (Passivo) em 31 de dezembro de 2022	487	-	-	-	-	26.181	26.668
Outras receitas/despesas operacionais e financeiras líquidas	2.749	-	7	5	-	(1.186)	1.575
Saldo Resultado em 30 de junho de 2022	2.749	-	7	5	-	(1.186)	1.575

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 902 (R\$ 206 no semestre findo em 30 de junho de 2022) e referente a benefícios de curto prazo (remuneração) e de R\$ 32 (R\$ 29 no semestre findo em 30 de junho de 2022) referente a benefícios de longo prazo (plano de previdência).

No semestre corrente a Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho e não possui programa de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

24. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre

	30/06/2023	30/06/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro	68.446	33.123
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente	(23.272)	(11.262)
Adições permanentes	(416)	(452)
Exclusões permanentes	540	253
Outros ajustes	12	15
Total	(23.136)	(11.446)
IRPJ e CSLL correntes	(13.252)	(11.010)
IRPJ e CSLL diferidos	(9.884)	(436)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(23.136)	(11.446)

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e previsão de realização dos créditos tributários

c) Créditos tributários	31/12/2022	Constituições	Reversões	30/06/2023
Provisão para perdas de empréstimos a grupos	8.338	208	(333)	8.213
Provisão para comissões	6.003	36.969	(36.309)	6.663
Provisão para riscos trabalhistas	253	-	-	253
Provisão para participação nos resultados	2.359	7.298	(7.901)	1.755
Impactos Adoção CPC47 - Resolução BCB 120	(10.656)	(105.936)	95.946	(20.646)
Outros	2.908	3.459	(3.285)	3.083
	9.205	(58.002)	48.118	(679)
Ativo fiscal diferido	19.861			19.967
Passivo fiscal diferido	(10.656)			(20.646)

Créditos tributários	31/12/2021	Constituições	Reversões	31/12/2022
Provisão para perdas de empréstimos a grupos	8.752	695	(1.109)	8.338
Provisão para comissões	3.887	39.501	(37.385)	6.003
Provisão para riscos trabalhistas	66	187	-	253
Provisão para participação nos resultados	1.963	2.879	(2.483)	2.359
Impactos Adoção CPC47 - Resolução BCB 120	-	(10.656)	-	(10.656)
Outros	1.558	5.355	(4.006)	2.908
	16.226	37.961	(44.983)	9.205
Ativo fiscal diferido	16.229			19.861
Passivo fiscal diferido	-			(10.656)

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Resolução BCB nº 15 do Banco Central do Brasil, a Administradora estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano de realização	30/06/2023	31/12/2022
2023	9.183	11.484
2024	1.265	386
2025	(440)	429
2026	(238)	645
2027	(10.449)	(3.739)
Créditos tributários líquidos	(679)	9.205

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período. O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando o custo de capital Administradora, é de R\$ 2.865 em 30 de junho de 2023 (R\$ 9.148 em 31 de dezembro de 2022), com uma taxa média de 12,28% a.a. (12,28% em 31 de dezembro de 2022) com base nas projeções definidas pela Administração.

25. Limite de alavancagem - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o limite de alavancagem das administradoras de consórcios é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 30 de junho de 2023 a Administradora apresenta um limite de alavancagem de 3,32 (3,25 em 31 de dezembro de 2022).

26. Limite de imobilização - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o Ativo Permanente das administradoras de consórcios não pode ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 30 de junho de 2022 a Administradora apresenta um grau de imobilização de 10,68% (13,29 % em 31 de dezembro de 2022).

27. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários - Administradora

A Administradora é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

Não houve mudanças significativas no plano, no número de participantes, na taxa de juros e nas premissas durante o período findo em 30 de junho de 2023, em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2022.

As contribuições efetuadas no semestre totalizaram R\$ 169 (R\$ 140 no semestre findo em 30 de junho de 2022.) O montante das contribuições à Randonprev em 30 de junho de 2023 é de R\$ 85 (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2022), registrado na rubrica de "Outras Obrigações fiscais e previdenciárias".

28. Gestão do capital

A área de riscos do Conglomerado Prudencial Randon, composto pelo Banco Randon e pela Randon Administradora de Consórcios, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e social, ambiental e climático em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional 4.557/17 e 4.945/2021. As tabelas do Relatório de Pilar 3 aplicáveis ao Conglomerado encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Conglomerado decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Conglomerado adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter os níveis de exposições em acordo com os desejados.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Conglomerado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Conglomerado mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira do Conglomerado honrar suas obrigações. A área responsável diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez do Conglomerado, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Social, Ambiental e Climático

Entende-se por Risco Social, Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de tais riscos, conceituados na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17.

Com o objetivo de mitigar a exposição a esses riscos, o Conglomerado criou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/21, e observa este conteúdo em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado

e respeitando os objetivos estratégicos do Conglomerado, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

A estrutura e o gerenciamento do capital são realizados pela instituição líder do Conglomerado Prudencial Randon, considerando os dados financeiros consolidados e os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor: Augusto Giongo Letti

Contadora
Dionéia Canal
CRC-RS 61.981/0-3